

Para uma visão ampliada sobre as implicações do liberalismo econômico e político na América do Sul: um despertar no tempo presente

*Daniel Santiago Chaves**

Resumo: O objetivo com este trabalho é fazer um ensaio sobre as possíveis digressões teóricas e referenciais conceituais para o estudo da integração sul-americana, *vis-à-vis* o trajeto histórico da agenda liberal política e econômica no continente. Dessa maneira, serão apresentadas visões clássicas e contemporâneas da Economia Política, revisitando a prerrogativa do debate interdisciplinar com a dupla finalidade de apresentar ao Direito algumas dessas discussões e, ao mesmo tempo, buscar objetivamente inserir seus elementos como parâmetros para discussão teórica sobre a temática, tendo em vista a concepção de Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: América do Sul. Liberalismo. Integração. Tempo Presente.

* Historiador. Mestre em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com ênfase em Relações Internacionais, Segurança e Defesa pelo Consórcio Rio de Janeiro (Pró-Defesa)/PPGHC. Bolsista do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello da Petrobras/UFRJ. Editor-chefe do boletim do *Tempo Presente/UFRJ* – <<http://www.tempopresente.org>>. Editor responsável do boletim *Das Américas* (Nucleas/UERJ) – <<http://www.nucleasuerj.com.br>>. E-mail: daniel@tempopresente.org.

1 INTRODUÇÃO

Não se tem com este texto a pretensão de normatizar as relações entre história, economia política e política internacional nas suas relações multifaces, tampouco modelar inovações paradigmáticas que norteiem os estudos adjacentes. Os campos disciplinares, cada um com o seu desafio na contemporaneidade, se propõem, ora de maneira autônoma, ora interdependente, a debates articulados em torno de diferentes objetos, métricas, noções epistemológicas e determinantes já estruturados, ainda que seja criticado esse distanciamento. O que aqui se colocará em pauta são breves e modestas notas, indicando uma intersecção objetiva entre as tensões ideológicas das perspectivas liberais e nacionais e a racionalidade crítica do Tempo Presente, que se põe – ou pelo menos se indica – satisfazer determinado feito de representação e articulação intelectual entre problemas críticos que estejam circunscritos ao seu possível alcance. Em rota de colisão criativa, faz-se necessário abordar os já criticados paradigmas liberais e as noções desenvolvimentistas para a historicidade econômica sul-americana.

Aqui, as narrativas liberais referentes à Economia Política Internacional encontraram-se, de alguma forma, com o desafio crítico imposto pelo argumento desenvolvimentista às premissas e narrativas históricas constituídas como aparentemente inexoráveis e quase axiomáticas. O que se coloca em questão aqui, nesse sentido, são as implicações derivadas dessas narrativas no presente, desde o fim da Guerra Fria – ou o período da prometida Nova Ordem Mundial¹ – até suas pertinências, persistências e validações heurísticas. Como pano de fundo, encontra-se a América do Sul, refeita após o alvorecer do século XXI, e suas pátinas de história econômica e política

¹ Termo recitado pelo então presidente estadunidense George Bush, em discurso ao Congresso Americano em 11 de setembro de 1990, ao se referir ao mundo que surgiria no pós-Guerra Fria, então subitamente encerrada.

depositadas após um largo período de hegemonia e recobrimento liberal. Mas, antes, devem-se nortear os sentidos e noções conceituais que explicam a existência de uma história do Tempo Presente na contemporaneidade, bem como estes se caracterizam ao que se compreende como Economia Política Internacional (EPI) debatida em corte histórico nesse presente rediscutido.

2 IDEIAS EM FLUXO: SOBRE AS VISÕES DA EPI

Para Robert Gilpin, economista político norte-americano, a existência correlata entre mercado e Estado na modernidade cria um campo de estudos interdisciplinares que envolve a Economia Política, que por sua vez viabiliza o debate em nível internacional.² Ainda, segundo o autor, seria esforço vão pensar esses dois modelos de análise de forma separada. Assim, sinteticamente, a Economia Política surge como conjunto de questões que responderiam às interações entre atividades políticas e econômicas sob o ponto de vista teórico e o metodológico.

Mantendo-se ainda nas suas considerações iniciais, Gilpin assinala que existe primazia dos determinantes econômicos nas análises de costume, o que ele encoraja que seja suprimido por estudos de natureza mais eclética. Mesmo assim, de forma ponderada, o autor concentra-se em considerações sobre o conceito de mercado que irão conduzir boa parte do seu debate – o que se explica pela sua assumida posição ideológica de fundo liberal –, quando argumenta que o mercado é tão importante que nem mesmo economias socialistas podem desvencilhar-se dele. Até Marx já comentava que o modo de produção capitalista era o criador do mundo moderno, sendo que para Gilpin o mercado é um conceito

² Cf. GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

ainda mais amplo que o de capitalismo em si, sendo proprietário de grande potencial abstrativo. Curiosamente, ele mesmo destaca que a “economia de mercado” não chega a ser uma expressão tão abstrata, com significado mais tangível, plenamente sentido dentro e fora do âmbito estatal.

É importante dizer que a discussão econômica está fortemente ancorada em um debate historicizado, o que amplia a possibilidade de uma correlação do debate com processos temporais, facilitando, assim, sua compreensão. Avançando no debate, Gilpin assinala que, conforme havia mencionado Charles P. Kindleberger, tanto o tesouro do Estado quanto o mercado são incontestáveis mecanismos de alocação de produção e recursos. São também interdependentes por natureza: sem a existência de um, o outro se hipertrofiaria exponencialmente. Sendo mais conciso, o autor explica a Economia Política como a interação dinâmica e recíproca da busca por poder e busca por riqueza. A partir daí, destaca suas questões em tensão mais importantes: em primeiro lugar, a interdependência técnica e econômica coexistindo com a “compartimentalização” do sistema político mundial em Estados soberanos move os escritos contemporâneos sobre o assunto. A lógica do mercado é impulsionar atividades conforme sua lucratividade e produtividade. Por sua vez, cabe ao Estado capturar e controlar o processo de acumulação de capital e do crescimento econômico, sendo que esse processo possui regramentos próprios em um Estado Democrático de Direito, a fim de que direitos próprios da sociedade possam ser efetivados e não negados por meio de tais processos.

Já a respeito do Tempo Presente, esse espaço de *rationale*, ainda em afirmação, constitui área relativamente nova de estudos históricos desde 1978, com a criação do Institut d’Histoire du Temps Present (IHTP), na França, que se via como polo fundamental para os estudos desse hipercampo disciplinar. Sua

prerrogativa de um trabalho amplo, segundo seus membros, hoje se situa no viés

da história cultural da guerra no século XX, dos sistemas de dominação autoritários, totalitários ou coloniais, da história cultural e da história das culturas atuais, e enfim, da epistemologia da história do Tempo Presente, entendida como aproximação singular entre passado e presente, sensível à memória.³

Para fins deste estudo, o que chama a atenção no projeto *Tempo Presente*, hoje reproduzido em vários cantos do planeta,⁴ é a possibilidade de compreensão da memória e da história dos sistemas intelectuais e morais de dominação pós-colonial a respeito da trajetória do continente e das suas nações, bem como de suas implicações imediatas para os projetos de integração sul-americana e de desenvolvimentos nacionais, em particular levando em consideração a concepção de Estado Democrático de Direito. Ainda há de se levar em consideração o caráter popular dessas transformações, que em grande medida se configuram como fundamentais para compreender o que há de novo na América do Sul do século XXI. Entra em pauta, incontornavelmente, os impactos das ideologias liberais presentes no hemisfério desde os processos de independência, se não desde a conquista ibérica, nas tensões nacionais com esses novos programas de caráter inovador e transgressor.

Nesta narração em movimento e transe, o *Tempo Presente* compreende uma racionalidade embasada em três pilares a si irrevogáveis: a totalidade, a responsabilidade ética e a veracidade.

³ Cf. mais em: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT (IHTP). Disponível em: <<http://www.ihtp.cnrs.fr/>>. Acesso em: 5, jul. 2009.

⁴ Estima-se que existam núcleos, institutos e centros de pesquisa do Tempo Presente na Austrália, no Brasil, na Espanha, na França, na Alemanha, dentre outros países.

Para tanto, o viés crítico é inevitável, por isso uma explicação mais apurada se mostra fundamental.

A relação da história com o direito à aceitação da totalidade, criticada por François Bedaridá⁵ no período subsequente ao final da Guerra Fria (1945-1991), tenciona um dos pontos mais controversos dos estudos desenvolvidos no período então pertencente a essa longa era de conflito bipolar: afinal, os estudos históricos haviam se desenvolvido em plena potencialidade, com novas fontes, abordagens, olhares, questionamentos e afins, que, sem dúvida, haviam ultrapassado todas as limitações estruturais anteriormente impostas. No entanto, a multiplicidade dos fatores, alguma disposição à microscopia fragmentária dos temas e à ausência de qualquer princípio unificador expressamente exposto relegaria aos estudos historiográficos à desarticulação vazia, com preocupação normalmente voltada para seu *mínimo* identitário mais simples, em observações lotadas de incertezas. A história, portanto, se tornava rainha da descontinuidade em relação aos problemas comuns às ciências humanas, quando não ao seu próprio reino de saber e consciência de si.

No mesmo passo, Bedaridá questionou violentamente – e nesse caso, com tal virulência que lhe custou relativo isolamento no grupo historiográfico francês – as correntes opções éticas do historiador daquele momento. O que o incomodava profundamente – e é pertinente ao objetivo deste trabalho, uma vez que perpassa a América do Sul um sem-número de problemas comuns aos cidadãos no século XX e XXI – é o estranho distanciamento do cientista social e historiador em relação aos processos mais candentes ao objeto de estudos. Essa renúncia, segundo Bedaridá, poderia

⁵ Cf. BEDARIDÁ, François. Tempo Presente, presença da história. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

implicar o descolamento antipático entre o homem e o ofício, reordenando as individualidades dos sujeitos a uma ignorância profunda em relação aos mais superficiais e ardentes temas da pertinência social, cultural e política na contemporaneidade. O que se poderia negar aqui, configurado esse distanciamento, não era essa transversalidade de veias abertas, mas o próprio sentido social dos indivíduos no ofício, que era empurrado precipício abaixo num gesto suicida. Transformava-se o historiador em uma bagatela da história, em uma paródia leninista?

Por fim, não menos importante, destacava-se a relação do historiador com a veracidade dos fatos enquanto regidos pelas narrativas históricas. É importante dizer que Bedaridá não pretendia articular em nenhuma medida as falações sobre verdades históricas tão repetidas e em desuso legítimo; o que o autor buscou retomar foram as bases de um envolvimento verossímil entre a história e o que de efetivo ocorreu nas relações sociais desenvolvidas no passado, em uma busca pela interface da reconstituição dos processos. O que se desenrolava nas vísceras da Europa e do mundo em franca globalização, presumidamente intercomunicado e esclarecido, eram as alarmantes entradas e vogas negacionistas e falsificacionistas, integradas na lógica do esquecimento sobre os impactos das decisões, dos projetos e das ideologias sobre as realidades presumidas nas quais os homens habitavam e se relacionavam.

Levando-se em consideração o espaço e o tempo reservados a esse esforço textual, busca-se, invariavelmente, empregar a *rationale* do *Tempo Presente* da melhor forma possível, sem transformá-la em uma razão instrumental vulgar. Caso contrário, todo o esse esforço seria vão.

Portanto, com a crítica deste estudo objetiva-se verificar a validade heurística dos “sofismas do livre comércio”, como

chamou o economista Rafael Correa.⁶ Esses sofismas, presentes em boa parte dos centros de formação de conhecimento e opinião, condensados pelos agentes nacionais e internacionais de influência liberal e consumidos na sociedade civil e política brasileira, atuam constantemente como operadores das pátinas de mitificação e desconhecimento na regência de recomendações políticas e de leis econômicas então persistentes ao longo das décadas de 1990 e 2000, como indicadores para uma América Latina mais próspera para o século XXI. Seria, então, o momento possível para a superação definitiva do atraso causado pelos malfadados projetos populistas.

É importante dizer que a argumentação contida neste estudo não reitera perspectivas paranoicas e maniqueístas sobre as tensões ideológicas entre esquerda e direita no século XXI, ainda válidas. Em verdade, o que se coloca em xeque aqui não são as bases ideológicas do sistema de pensamento liberal em perspectiva histórica, cuja avaliação de legitimidade não cabe estudar neste contexto, mas sua apropriação indevida e aplicação teleológica generalizante para a manutenção de uma sociedade apartada do interesse do novo *demos* político ampliado sul-americano.

Esse divórcio proposto muitas vezes se expõe de forma inventiva por meio de comportamentos mediáticos e partidários coreografados, desprovidos de qualquer comprometimento com a totalidade dos vetores políticos envolvidos e desconectados da

⁶ Cf. CORREA, Rafael. Introducción: el sofisma del libre comercio. In: ACOSTA, Alberto *et al.* *El rostro oculto del TLC*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=I3TSD9Y1VmQC&pg=PA11&lpg=PA11&dq=el+sofisma+del+libre+comercio+el+rostro&source=bl&ots=6wJEV2VBSV&sig=XOJCKcR5CZTCjdof_Mww7fd8swM&hl=pt-BR&ei=jHtYTbm9BsP68Aa1sZyXBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q=el%20sofisma%20del%20libre%20comercio%20el%20rostro&f=false>. Acesso em: 15 jan 2011.

essência crítica que deve considerar a variedade de opiniões e vontades dispostas no jogo político do continente. A ebriedade desatinada presente no princípio social informativo do ofício do comunicador social, do representante democrático e do cientista social, aqui, impõem feridas de morte ao prestígio, à legitimidade e à ética profissional dos envolvidos, além de erguer obstáculos quase intransponíveis à integração compreensiva e necessária entre os povos sul-americanos sob a rearticulação do *demós* político na contemporaneidade. Em nome da propagação de um discurso democrático, tais entes impedem que haja a identificação de direitos coincidentes entre os povos do continente e sua completa efetivação.

É importante ressaltar que aqui o *demós* não incorre na taxonomia banal de leitura errática na qual a totalidade da população de determinada espacialidade territorial político-administrativa – o *povo* – se define no *demós*. *Demós*, aqui, é a massa participante *efetiva* do processo político formal ou em vias de formalização, seja mediante a dissolução da ordem política e do arranjo jurídico-legal do Estado liberal representativo (ou então vigente), seja pela substituição constitucional por via de reformas ou convocatórias populares para assembleias constituintes. Esse *demós*, portanto, recondicionado às novas lógicas da política no século XXI e ordenado pelas novas agendas autônomas para a política e para as novas tecnologias comunicacionais, se vê ampliado à medida que reordena forçosa e cotidianamente as órbitas jurídicas e os marcos do sistema representativo formalista. Esta transição não é nenhuma aberração propriamente dita, visto que o sistema está arregimentado por uma lógica de Estado e autonomia política voltados para noções do século XVIII e XIX.

Ou seja, independentemente da opção ideológica adotada neste estudo, é imprescindível ter a noção de que o *demós* não é exatamente “o povo”, mas possivelmente o mórfico bolsão

participante das decisões políticas. Evidentemente, esse “bolsão” se vê distinto em cada uma das nações sul-americanas, como se veria em qualquer região ou país do mundo, mas cujo esgarçamento que comentamos, na América do Sul, tem incidência direta quando deparamos com o caráter decisivo e peremptório das ações coletivas dos movimentos sociais autônomos e dos instrumentos de soberania popular em relação aos novos projetos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Muitas vezes, a majoritariedade desses movimentos acaba formando quadros de governos de esquerda popular, como na Bolívia, ou, ainda, determinando as bases da defesa e da articulação em torno dos processos revolucionários, como na Venezuela ou no Equador. Essa tendência se irradiou na alvorada deste novo século XXI e, possivelmente, está produzindo novos marcos para um novo Tempo Presente no futuro continental. Essa é a importância de entender esse jogo ampliado.

Além disso, todos esses jogos discursivos pretensamente liberais de negação e esquecimento sistemático das agendas, estruturas e convocatórias dessas novas estruturas estruturantes da democracia efetiva encontravam-se alocados desde a década de 1990 em barreiras impostas às próprias oportunidades democráticas, renegadas em nome de um bom funcionamento político – é claro, sob a ordem liberal-representativa e capitalista de mercado. E, no andar de cima, a hegemonia hemisférica de determinado ator internacional ou ideologia política inevitavelmente favorecia os termos de um sistema hemisférico fragmentado, contraintegracionista e privado de autonomia em torno dos interesses do *hegemon*, que, neste caso, são os Estados Unidos da América.

Ou, na mais simpática das hipóteses, mantido apenas sob os insuficientes termos de uma integração comercial de vantagens comparativas expresso na Área de Livre Comércio das Américas

(Alca) e nos Tratados de Livre Comércio (TLC), por exemplo, decididamente muito aquém da potencialidade dos mecanismos efetivos de integração social e política por vezes propostos. A chegada do século XXI oferece mais do que o até então proposto – liberalismo político e austeridade fiscal –, avançando para além das dimensões envolvidas nos projetos de poder de uma Nova Ordem Mundial liberal.

Mas, de outro ponto de vista, desde a mais recente onda de proposições objetivas para a integração da América do Sul no século XXI, iniciada com a formação de um modelo de comunidade de segurança sul-americana na década de 1980, viver-se-ia um momento embebido pelo novo, baseado em grandes expectativas. Seja por meio de um ponto focal orientado à esquerda, ao centro ou à direita, esse processo foi trazido de forma adjacente por uma transformação do mundo ocidental contemporâneo; mais precisamente após a ruptura desse ocidente com a dualidade capitalismo *vs.* comunismo, levando ao conseqüente desfacelamento da Rússia e à queda do muro de Berlim entre 1989 e 1991. O mundo encontrava-se na *débâcle* da bipolaridade e caminhava em direção a um panorama de múltiplas polaridades: apolaridade, não polaridade, unimultipolaridade, dentre outras considerações possíveis. O certo é que as principais lógicas das agências políticas e sistemas internacionais se veriam diante do reordenamento ideológico que não mais obedecia coreograficamente à dualidade bipolar, ou mesmo um possível eixo terceiro-mundista. E, como novos arranjos em vias de notabilidade, surgiriam as regiões como foros e projeções ampliadas para que, então, se conformasse a nova ordem mundial.

As opiniões sobre esse novo mundo foram formuladas, exibidas e comemoradas com euforia ou depressão. Para os mais otimistas apoiadores e leitores da vitória do sistema capitalista liderada pelos Estados Unidos sobre o socialismo real da Rússia

no fim da Guerra Fria, chegar-se-ia ao fim do longo século XX. Dessa forma, com o fim do século sombrio, emergiria um mundo que tenderia a ampliar finalmente o sentido de democracia a ser menos opressivo, mais pacífico, com maior acesso à informação, maiores (e novas) possibilidades de participação política e com novas formas de representação – no sentido de desenvolver ainda mais o jogo teórico e prático para absorver a assunção da conectividade como paradigma disruptivo da nova ordem política –, dentre outras transformações fantásticas.

Ou seja, em um dos últimos impulsos verdadeiramente notáveis de transformações surgidas do centro para os flancos do sistema global, praticamente tudo mudaria, adentrando um período marcado pelo

[...] momento em que as utopias estariam se realizando no tempo presente. Ou, talvez, uma das utopias teria mostrado sua força e sua capacidade de realização das condições de bem-estar do homem: a utopia capitalista. Para estes, a junção das formas da democracia liberal/representativa e as instituições do chamado ‘livre mercado’ teriam saído vencedoras da longa prova representada pela Guerra Fria (1947-1991) entre o capitalismo e socialismo.⁷

Lamentavelmente, a governança global jamais se realizou em quaisquer confins: a “Nova Ordem Mundial” recitada por George Bush, pai, não se cumpriria em esplendor e regozijo de cooperação pós-wilsoniana internacional. A perspectiva de reta final da História – ou até mesmo de fim dela, se levarmos em conta os termos de Francis Fukuyama – foi atropelada pelos processos

⁷ Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Projeto “Viagem de documentação das transformações na América do Sul”*. Disponível em: <http://www.tempo.temporesente.org/index.php?option=com_content&view=category&id=151&Itemid=100080&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2011.

sociopolíticos e econômicos da era globalizada. Essas contradições não somente se revelaram mais duras do que se imaginava antes: o Estado-Nação, tido por muitos críticos como “anacrônico e falido” ou “obsoleto, necessitando de revisões urgentes” em um mundo cada vez mais poroso, retornaria rapidamente à voga das discussões, flexionando opiniões apressadas como uma vara de bambu dobrada na testa dos críticos.

Em pouco tempo, muitos conflitos surgiram com maior grau de letalidade e sob novas formas, meios e instrumentos, com a ampliação da gama de atores não estatais; a cidadania foi devastada pela miséria e pelo preconceito; a marginalidade social, assentida pela sociedade, foi considerada fonte da criminalidade pelos mecanismos de repressão da burocracia dos Estados; os movimentos neofascistas multiplicaram-se na União Europeia; os movimentos sociais autônomos em todo o globo requereram nova agenda para a política interna e externa de seus países, muitas vezes ignorando as premissas vestfalianas de ‘soberania nacional’; os recursos naturais, o ecodireito e a bioética se tornavam assuntos incontornáveis, dentre outros problemas, questões e debates. Assim, os historiadores e cientistas políticos tiveram de repensar sua forma de estudar os fenômenos sociais. Segundo Schurster,

analisamos um mundo que não nos é dado, mas construído por classificação de memórias e de reconhecimento incessante dos nossos objetos. O desaparecimento da URSS, a intitulada hiper-hegemonia norte-americana, a emergência de resistências assimétricas, a busca de equalizadores de poder, a nova agenda mundial, os novos atores globais, a busca da junção segurança + crescimento, os questionamentos sobre os limites da soberania nacional nos apontam para uma perspectiva além da Guerra Fria e que necessita de outros caminhos teóricos para sua interpretação. Neste sentido, a teoria do tempo presente vem

(re)discutir as possibilidades da história política e as utilizações da memória para explicação de tal.⁸

Tentando entender qual era o vagão correto para entrar no trem da História no pós-Guerra Fria, um dos mais notados foi Francis Fukuyama, que se apoiava em uma perspectiva neo-hegeliana para presumir a possibilidade de uma história universal e direcional, baseada em visão oposta à proposição então revelada posteriormente, de um mundo cada vez menos homogêneo e previsível, menos harmonioso e mais violento. Muitíssimo criticada, sua ideia era de que, precisamente naquele momento,

[...] boas novas chegaram. O acontecimento mais notável do ultimo quarto do século XX foi a revelação de uma fraqueza enorme no âmago das aparentemente fortes ditaduras do mundo, sejam elas da direita militar autoritária, sejam da esquerda comunista totalitária. Da América Latina ao Leste Europeu, da União Soviética ao Oriente Médio e à Ásia, os governos fortes têm desmoronado nas últimas duas décadas. Embora não tenham, em todos os casos, cedido lugar a democracias liberais estáveis, a democracia liberal continua como a única aspiração política coerente que constitui o ponto de união entre regiões e culturas diversas do mundo todo. Além disso, os princípios liberais em economia – o ‘mercado livre’ – estão hoje disseminados, conseguindo produzir níveis sem precedentes de prosperidade material.⁹

Aos estudiosos do tema não é necessário comentar que tais percepções de Fukuyama foram influenciadoras em boa parte dos

⁸ SCHURSTER, Karl. Ver e não ver: por uma história do tempo presente. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, p. 1.

⁹ FUKUYAMA, F. Introdução. In: _____. *O fim da história e o último homem*, p. 11.

*think-tanks*¹⁰ e das assessorias da política externa na gestão do Presidente George W. Bush, gerando uma das causas fundamentais para o imenso problema da incapacidade de compreensão da estratégia estadunidense sobre o cenário global de diversidade pulsante que se comenta neste estudo. Considerando-se a condição solitária dos EUA como superpotência hegemônica do globo terrestre e, ainda, o uso abusivo da força como instrumento de coerção em um mundo ainda atônito em face das transformações então recentes, há de se considerar o total desastre que tais fatos representaram. É preciso comentar, ainda que superficialmente, que Fukuyama estabeleceu um *continuum* de difícil sustentação para explicar fenômenos contemporâneos, negando as transformações históricas para construir (mais complicado ainda) uma leitura da História como direcional, universalizante, em busca da centralidade de processos, os quais, enfatize-se, não são mais centrais de forma alguma.

Mas para além de Fukuyama, tão criticado nos esquemas de proposição do altermundialismo, outro autor liberal da Economia Política, Kenichi Ohmae, buscou explicar essas transformações por meio de outra chave de compreensão, tencionando menos conservadorismo político e buscando compreender a originalidade daquela etapa do desenvolvimento capitalista. Ohmae inicia a introdução do seu trabalho¹¹ claramente posicionado na discussão sobre a possibilidade de aplicação do conceito de “fim da História”, em presunção da chegada de um novo período de “exigências”. Essa ideia de unidirecionalidade encerrada em si (e para si) é aqui sucintamente rejeitada.

¹⁰ *Think-tanks* são grupos ou instituições organizadas pelo Estado ou pela sociedade civil para a realização de pesquisa intensiva e solução de problemas, especialmente nas áreas tecnológica, social, política estratégica e de segurança.

¹¹ Cf. OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Desenhando um mundo flexível na percepção de que a ordem mundial baseada em *Estados-Nações* delimitados, independentes, o autor se posiciona de forma crítica ao modelo da democracia liberal conforme praticada no Ocidente e a noção de soberania política em voga, estabelecendo uma crítica direta e objetiva às instâncias político-institucionais do Estado-Nação para a acumulação de poder e deliberação.¹² Kenichi Ohmae discutiu o sentido (para ele) possível de um novo mundo, no qual o paradigma fundante e norteador das relações intra e interestatais desses mesmos últimos 250 anos – o Estado-Nação – chegaria a um nível de debilidade quase derradeiro, mantendo-se apenas em uma esfera de competências que agiria em complementaridade à preponderância das novas instâncias. Ou seja, uma imagem saudosa de seu passado recente.

O que restaria, então, para o mundo do século XXI seria a emergência dos “estados-regiões” como referências deliberativas da economia e da política global para um mundo que pretensamente não teria – ou não deveria ter nesta pretensão – *fronteiras*. Aqui se encontra uma contribuição que pode não se alavancar por meio de chaves teóricas substantivas, mas que propõe um esquema liberal para a regionalização.

Talvez a maior dificuldade da teoria de Ohmae seja a de que nela não são pontuados criticamente os problemas de segurança envolvendo a abrupta ruptura da validez do Estado-Nação nas suas faculdades constitutivas aplicadas, além de não se ter percebido que a instância nacional persiste apesar das tensões no sistema internacional de Estados.

Envolvido incidentalmente na exagerada tendência do final do milênio passado em vislumbrar o fim do Estado-Nação como paradigma para as questões concernentes ao seu tempo, Ohmae

¹² OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação*, p. XIV.

acerta rapidamente na moderação – diferentemente de Fukuyama – ao crer que o mundo se transformou e que a economia global norteará em grande medida a nova e indisciplinada realidade contemporânea, apesar do seu modelo ser derrubado pelos nacionalismos em franca ascensão e pelos movimentos políticos altermundialistas revigorados no século XXI ulterior. Mas, nesta lógica por ele sugerida, a nova natureza dos fluxos globais (segundo ele o “gênio que está fora da garrafa”) indicaria – quiçá acertadamente – que nenhuma dos modelos de arranjo nascidos na modernidade – linha de política familiar, estratégia tradicional e formas arraigadas de organização – se manteria estável e funcional o suficiente para permanecer viva. A questão é que o Estado-Nação, parido na modernidade, se manteve mais forte do que imaginou Ohmae, e na América do Sul compõe na soma das partes o todo da integração dos povos sul-americanos através da composição somatória dos projetos de desenvolvimento nacional popular derivando em um possível projeto de desenvolvimento regional, nos termos de Hélio Jaguaribe.¹³

Diante desse quadro, alguns comentaristas das mais variadas naturezas – analistas, intelectuais, acadêmicos, pensadores – tentaram (às vezes de forma apressada e panfletária) desvendar por outra chave as minúcias de um novo período que se desenrolava na reestruturação lógica dos cinco pontos fundamentais da estrutura política que teve a primazia dos últimos 250 anos, pelo menos: político, social, cultural, militar e econômico.¹⁴ Nas palavras de Teixeira da Silva, em crítica contemporânea ao momento no qual as ideias otimistas eram lançadas por seus defensores,

¹³ Cf. JAGUARIBE, Helio. Prefácio. In: _____. GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil: a grande oportunidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

¹⁴ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; RAMONET, Ignacio. *Guerras do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

o momento é de crise, mal-estar, de crise e de desconforto. [...] Para isso é preciso mudar o foco da atenção: em vez de centrar esforços na recuperação das bolsas ou dos mercados financeiros, devemos analisar e repensar o conjunto da sociedade e das relações sociais existentes.¹⁵

Esse repensar da sociedade e das relações está embebido, fundamentalmente, por uma retomada ético-social e política em torno da totalidade dos processos e das caixas de pandora da totalidade reabertas. Com propósito semelhante, o economista político sul-coreano Ha-Joon Chang¹⁶ trouxe importante contribuição à perspectiva de países em desenvolvimento – o que é o caso dos sul-americanos –, amparado por um olhar histórico de relevância. Seu trabalho se constrói sobre bases teóricas substantivas: com fôlego, desfazer diversos mitos históricos sobre o que ele chama de “Países atualmente Desenvolvidos” (PADs) torna-se uma constante. O autor lança outra abordagem sobre um problema inerente a todo Estado-Nação que almeja maior progresso e projeção sustentável em ambiente regional ou internacional: o que fazer para obter progresso e, assim, alcançar melhor condição?

Segundo Chang, muitos interlocutores contemporâneos poderiam consubstanciar – como o fazem, na nossa crítica referida – que a governança empresarial, o Judiciário e Banco Central independentes, as bases tarifárias, a democracia, a orientação da burocracia, o sistema bancário, os regimes de direito e proteção sobre a propriedade intelectual (e privada), dentre outros pilares fundamentais das “boas políticas”, são parâmetros impreteríveis

¹⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Mutações do trabalho*, p. 19.

¹⁶ Cf. CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio de Oliveira Araújo. São Paulo: Unesp, 2004.

e que os países em desenvolvimento devem observar atentamente as indicações ou, ainda, o histórico do progresso institucional dos chamados PADs para, de alguma maneira, apreender lições e obter a tão almejada ascensão doméstica e internacional. Contudo, o autor rechaça essas chaves explicativas com argumentação profundamente calcada em bases metodológicas sólidas o suficiente para afirmar com convicção que essas orientações rezam à conveniência perspicaz para com os objetivos dos países desenvolvidos. Precisamente nesse momento, Chang faz uso da expressão “chutar a escada”, cunhada por Georg Friedrich List¹⁷ – um dos inspiradores da Zollverein, União Aduaneira fundamental para a unificação alemã. Apesar de ser um autor um tanto esquecido, reinserir List no debate é repensar a compreensão e contribuição do nacionalismo como um dos três pés doutrinários da Economia Política.

Em 1841, List via um mundo caracterizado pela pujança da economia britânica, no qual as políticas de livre-comércio eram premissas profunda e dogmaticamente arraigadas. Mas, mediante uma releitura de sua obra, vislumbra-se que não lhe parecia muito claro que essa era a melhor orientação para o desenvolvimento dos países envolvidos em uma segunda leva de progresso. Ao contrário, para List o discurso de liberalização das economias em detrimento da proteção às economias nacionais era um “chute” para longe na mesma escada utilizada pela potência hegemônica daquele período. List fez valer de abordagem histórica para compreender que, após utilizar políticas protecionistas de incentivo a indústria nascente, a Grã-Bretanha – sua unidade central de análise, juntamente com Portugal, Espanha, Holanda, dentre outros –, progressivamente passou a pregar o livre-cambismo, uma vez

¹⁷ Cf. LIST, Georg Friedrich. *O sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas [1846]).

que a sua economia encontrava-se em etapa do desenvolvimento favorável a tal doutrina.

Ou seja, deram-se conta de que recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre-concorrência com as estrangeiras, estabelecidas há muito mais tempo. O jogo detectado por List era o de um grave impedimento sobre o processo de industrialização em que outros países se encontravam, em palavras mais simples. List, por sua vez, era tributário de Alexander Hamilton – então o Primeiro-Secretário do Tesouro dos Estados Unidos –, outro pilar fundamental do nacionalismo econômico que em 1791 apresentou ao Congresso o “Relatório sobre as Manufaturas”. De grande impacto, as recomendações de Hamilton sugeriram o retorno a certas bases do sistema mercantilista instrumentalizado na Inglaterra e na França do século XVI, com a finalidade clara de assegurar a independência da nova república; para tanto, os EUA deveriam subsidiar a sua industrialização, com franco apoio em tarifas alfandegárias que arregimentassem capital para fazer subsistir esse processo e, assim, confirmar sua ascensão.

Ora, não resta aos países atualmente desenvolvidos outro proceder, senão o mesmo *chute na escada* estaria em curso atualmente, com diferentes proporções e outros tons, em uma interpretação contemporânea da análise do autor. Empregando da mesma ferramenta de List em sentido ampliado, Chang recupera o valor da História como manancial para a construção de teorias que ofereçam alternativa à costumeira abordagem neoclássica que se serve excessivamente de “métodos abstratos e dedutivos”. E por meio da história desses PADs rejeita-se não somente toda a historiografia destinada à manutenção do mito do crescimento liberal, como os formuladores das políticas econômicas dos países em desenvolvimento são desafiados a ter uma postura mais corajosa em relação aos aconselhamentos uniformizantes

preconizados pelos países atualmente desenvolvidos. Nas palavras de Rafael Correa,

mientras que algunos plantean la discusión en términos ideológicos, es decir, justificar un aperturismo a ultranza en función de estrechísimos conceptos de libertad y una supuesta supremacía de los consumidores, probablemente lo único que lograrían en el largo plazo sería condenar tanto a consumidores cuanto a productores nacionales a la supremacía de los productores extranjeros. Es decir, mientras que en teoría con esta clase de esquemas los consumidores se benefician en el corto plazo, en el futuro tanto consumidores y productores nacionales se perjudican, ya que, sencillamente, sin producción nacional tampoco puede haber consumo. Pocas personas niegan estos peligros, pero lamentablemente muchos, en un sui generis razonamiento económico, manifiestan que hay que ver las 'oportunidades', no los problemas.

[...] Todas estas hipótesis tienen en común la incapacidad o falta de voluntad para construir verdaderos proyectos nacionales y una genuina integración regional en función del desarrollo de nuestros países, tal como lo hiciera EEUU ante la arremetida libre cambista de Inglaterra. De esta forma, se desnuda tal vez la más grave crisis de América Latina: la crisis de líderes y verdaderos estadistas. Ojalá, en estos tiempos de 'libre comercio', eso sí se pudiese importar.¹⁸

¹⁸ Cf. CORREA, Rafael. Introdução: el sofisma del libre comercio. In: ACOSTA, Alberto *et al.* *El rostro oculto del TLC*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=I3TSD9Y1VmQC&pg=PA11&lpg=PA11&dq=el+sofisma+del+libre+comercio+el+rostro&source=bl&ots=6wJEV2VBSV&sig=XOJCKcR5CZTCjdo_f_Mww7fd8swM&hl=pt-BR&ei=jHtYTbm9BsP68Aa1sZyXBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q=el%20sofisma%20del%20libre%20comercio%20el%20rostro&f=false>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CONCLUSÃO

É imperioso, dados os argumentos, expor a suscetibilidade e a insensibilidade do impacto liberal sobre os projetos de desenvolvimento nacionais e regionais. O que se demonstrou na América do Sul, ao largo de séculos de dominação colonial e neocolonial, foi a aplicação de uma doutrina econômica e política que muitas vezes se colocou de costas ao bem-estar, ao desenvolvimento e à melhoria e ampliação das condições cidadãs requeridas pela majoritariedade dos indivíduos que pleiteavam a participação política. Ainda hoje é possível verificar que muitas vezes discursos que parecem defender o Estado democrático e a garantia de direitos, na verdade, camuflam a utilização do papel do Estado a fim de que interesses singularizados prevaleçam sobre a identificação de direitos e a integração dos povos sul-americanos.

As consequências do *tempo presente* pós-crise liberal de 2008 não são estanques e estão diretamente relacionadas com uma crise ideológica profunda. Tanto no momento da grande crise de 29 como na atual, a persistência aferrada da razão liberal para a governança das nações sul-americanas foi notada como apropulsora incontornável para as potenciais crises econômica e política. As ideias de autorregulação da economia e o pensamento que insiste na consagração do papel do Estado como “espectador” constituem premissa fundamental para a garantia do “mais perfeito funcionamento” da economia de mercado livre, mas sem cidadania livre. O Estado, principalmente por meio de suas estruturas democráticas e de suas lógicas de preservação e proteção, sempre vistas com desconfiança, em grande parte das oportunidades foi o salva-vidas da governabilidade e da saúde econômica desses países.

Já está claro, mais uma vez, que, em progressão histórica, a maquinaria liberal não funcionou – ou pelo menos não com os

resultados propostos. Se o que é almejado pela América do Sul é, de alguma maneira, um futuro viável diante dos desafios de um novo século, faz-se necessário aclarar esses termos.

For a broader view on the implications of economic and political liberalism in South America: an awakening in the present time

Abstract: The objective of this paper is to study the possible theoretical digressions and conceptual references for the study of South American integration, *vis-à-vis* the historical trajectory of the continent's liberal political and economic agenda. Therefore, classical and contemporary views of political economy will be presented by revisiting the prerogative of the interdisciplinary debate with the dual purpose of presenting some of these discussions to the Law and, at the same time, objectively look for ways to insert these elements as parameters for theoretical discussions on the theme, in view of the Democratic State concept.

Key words: South America. Liberalism. Integration. Present Time.

REFERÊNCIAS

BEDARIDÁ, François. Tempo Presente, presença da história. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio de Oliveira Araújo. São Paulo: Unesp, 2004.

CORREA, Rafael. Introdução: el sofisma del libre comercio. In: ACOSTA, Alberto *et al.* *El rostro oculto del TLC*. Quito: Abya-Yala, 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=I3TSD9Y1VmQC&pg=PA11&lpg=PA11&dq=el+sofisma+del+libre+comercio+el+rostro&source=bl&ots=6wJEV2VBSV&sig=XOJCKcR5CZTCjdo f_Mww7fd8swM&hl=pt-BR&ei=jHtYTbm9BsP68Aa1sZyXBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q=el%20sofisma%20del%20libre%20comercio%20el%20rostro&f=false>. Acesso em: 15 jan. 2011.

FUKUYAMA, F. Introdução. In: _____. FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1987.

GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil: a grande oportunidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change*. EUA: Cornell University Press, 1998.

INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT (IHTP). Disponível em: <<http://www.ihtp.cnrs.fr/>>. Acesso em: 5 jul. 2009.

KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, n. 42, p. 39-44, fev. 2003.

LIST, Georg Friedrich. *O sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas [1846]).

MEDEIROS, Sabrina. Desafios do tempo presente: relações geopolíticas, fluxos internacionais e métodos contemporâneos para a análise da contemporaneidade. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 29, 2007. Disponível em: <<http://www.tempo>>.

tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3109:desafios-do-tempo-presente&catid=187&Itemid=164&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2011.

OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

RAMONET, Ignácio. *Guerras do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCHURSTER, Karl. Ver e não ver: por uma história do tempo presente. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, 2008. Disponível em: <http://www.tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3851:ver-e-nao-ver-por-uma-historia-do-tempo-presente&catid=222&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CHAVES, Daniel Santiago. Bolívia: fazendo sua própria história. *Agência Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15522>. Acesso em: 4 mar. 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Mutações do trabalho*. Rio de Janeiro: Senac, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Projeto “Viagem de documentação das transformações na América do Sul”*. Rio de Janeiro: Tempo Presente, 2006.

Enviado em 11 de outubro de 2010.

Aceito em 20 de dezembro de 2010.

